

As duas faces da revolução

Introdução à György Lukács e Rosa Luxemburgo como teóricos do socialismo

Wesley Fernando Rodrigues Sousa¹ 
Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ

Resumo: O artigo em tela parte da análise de uma discussão acerca das considerações de Lukács ao pensamento de Luxemburgo, colocadas em dois ensaios do livro *História e consciência de classe*. Tomamos o filósofo não como pensador político, mas da política. Por outro lado, recorre-se aos textos centrais de Luxemburgo – embora não tenha sido uma filósofa *strictu sensu* –, para uma compreensão de seu pensamento revolucionário que se mostra fecundo à teoria política. Diante disso, o fio condutor de nosso artigo se coloca em como os autores podem ser tomados como pensadores do socialismo; também as aproximações e distanciamentos referentes à percepção de proletariado e revolução, isto é, a revolução proletária. Por fim, anotando algumas considerações sobre a alternativa socialista em nosso tempo, sublinhamos como eles podem nos servir de substrato teórico para uma crítica da práxis de esquerda no cenário de fracasso do “socialismo real”.

Palavras-chave: György Lukács; Rosa Luxemburgo; Proletariado; Revolução; Marxismo.

The two faces of the revolution

An introduction to György Lukács and Rosa Luxemburg thought as socialism theorists

Abstract: This article starts from the analysis of a discussion on some Lukács' notes on Luxemburg's thoughts, found in two essays from the book *History and Class Consciousness*. Herein the philosopher is taken not as a political thinker, but as a thinker of politics. On the other hand, in this work Luxemburg's central texts are appealed to – although she had not been a *strictu sensu* philosopher – for a better comprehension of her revolutionary thought, which shows itself to be fruitful to the political theory. That said, the main thread of our article is based on how these authors can be taken as socialism thinkers; as well as the approximations and the distances they have when both refer to the perception of proletariat and revolution, i.e., the proletarian revolution. Finally, noting some considerations about the socialist alternative in our times, we highlighted how they might serve us as a theoretical substrate in order to criticize the left praxis within the scenery of the “real socialism” failure.

Keywords: György Lukács; Rosa Luxemburg; Proletariat; Revolution; Marxism.

Las caras de la revolución

Introducción a György Lukács y Rosa Luxemburgo como teóricos del socialismo

Resumen: El artículo parte del análisis de una discusión acerca de las consideraciones de Lukács al pensamiento de Luxemburgo, colocadas en dos ensayos del libro “*Historia y conciencia de clase*”. Tomamos al filósofo no como pensador político, sino de la política. Por otro lado, se recurre a los textos centrales de Luxemburgo - aunque no haya sido una

¹ Estudante do curso de Filosofia da Universidade Federal de São João del Rei, UFSJ,  ORCID:
<https://orcid.org/0000-0001-7638-5275>, e-mail: wesleysousa666@outlook.com.

filósofa strictu sensu – , para una comprensión de su pensamiento revolucionario que se muestra fecundo a la teoría política. Ante esto, el hilo conductor de nuestro artículo se coloca en cómo los autores pueden ser tomados como pensadores del socialismo; también las aproximaciones y distanciamientos referentes a la percepción de proletariado y revolución, es decir, la revolución proletaria. Por último, anotando algunas consideraciones sobre la alternativa socialista en nuestro tiempo, subrayamos cómo ellos pueden servirnos de sustrato teórico para una crítica de la praxis de izquierda en el escenario de fracaso del “socialismo real”.

Palabras-clave: György Lukács; Rosa Luxemburgo; Clase Obrera; Revolución; Marxismo.

1 INTRODUÇÃO

“Nossa divisa é: sem quartel aos supersticiosos, aos fanáticos, aos ignorantes, aos loucos, aos perversos e aos tiranos (...)Será que nos chamam de filósofos para nada?” – Voltaire, Carta a Diderot, 29 de setembro de 1762

O artigo em tela busca a análise de uma discussão existente: as considerações de Lukács acerca do pensamento de Luxemburgo. Para tanto, recorre-se ao livro *História e Consciência de Classe*², em especial seus dois ensaios dedicados ao assunto: o pensamento socialista de Luxemburgo. Partimos de uma hipótese clara: tanto o autor húngaro, tanto a autora polonesa, perpassam assuntos comuns no que se refere à filosofia marxista. Elenca-se, aqui, os argumentos que divisam entre o que um e outro contribuíram para o pensamento revolucionário. Por isso, a ideia de “revolução”, como norte prático para ambos os marxistas, parece frutífero referente aos meandros filosóficos e históricos do movimento socialista. Portanto, a justificativa também se revela ao passo que, ao analisar textos de ambos, eles tencionam-nos à investigação presente: o que dois teóricos e militantes – ativos do movimento socialista – podem contribuir, cada qual, ao tema da revolução socialista? Qual a possibilidade de convergência entre eles e as suas ressonâncias no que se refere à filosofia marxista?

Para balizá-las, recorreremos aos textos seminais de Luxemburgo, tais como *Greve de massas, partidos e sindicatos, A Revolução Russa* e também o *Reforma social ou Revolução?*, etc. Não por acaso, a autora, embora retornado sua leitura recentemente pelos círculos de esquerda, consideramos que algumas mediações devem ser colocadas, para evitar alguns equívocos,

² Daqui em diante, “HCC”. Conforme veremos, a evolução do pensamento de Lukács desde o HCC até seus escritos mais tardios e derradeiros no que se refere à política há, factualmente, uma mudança significativa, com rupturas e acertos. Entretanto, as linhas mestras do autor, julgamos, parecem perenes de algum modo, a começar pela sua “ortodoxia” marxista, ainda que as rupturas e acertos não possamos tratar delas aqui.

conclusões apressadas e personalismos imediatos. Concordamos com Isabel Loureiro, acerca do pensamento de Luxemburgo: “o lema da auto emancipação das massas populares, como catalizadora de mudanças estruturais na sociedade, é o fio vermelho que atravessa toda a obra de Rosa Luxemburgo, ainda não desmentido pela história” (LOUREIRO, 2019, p. 13).

Por outro lado, partilhando do contributo interrogativo de Claudinei Rezende, pesquisador no pensamento de Lukács, como substancial, valendo mencioná-lo: se é sabido que Lukács, por seu turno, não poderia “vislumbrar o quanto estavam a União Soviética e os partidos comunistas do socialismo subordinados à dinâmica internacional dos mercados [...], já não era mais possível sustentar as afirmações em defesa do socialismo de tipo de soviético” (REZENDE, 2018, p. 89), agora é plausível colocar a questão que, tanto em Lukács (com devidas mediações e tensões do período soviético³) quanto em Luxemburgo (conhecida por seu “socialismo democrático”⁴), seria “possível uma democracia da vida cotidiana sem alterar a forma produtiva que subsume qualquer forma de organização economicamente democrática?” (REZENDE, 2018, p. 89).

De tal modo, esse fio condutor autoriza-nos responder precisamente a referida questão levantada. Também elencaremos algumas interpelações sobre a questão do “burocratismo socialista” – momento que, cuidadosamente, postularemos algumas considerações lukacsianas e luxemburguistas contra as tendências *stalinistas* e *reformistas* – no caso de Lukács, analisaremos seus textos mais tardios: *Socialismo e Democratização* e *O jovem Marx e outros textos de filosofia*. As escolhas se justificam, porque pensamos no artigo presente, partir dos elementos mais centrais à temática, cotejando-os com alguns outros textos, a problemática histórico-conceitual exposta, se mostra coerente. É crível, visto que diante de aproximações e distanciamentos latentes, com variações teóricas internas das perspectivas dos autores em destaque, há significações pertinentes quanto à organização de classe e posicionamentos frente às funções de um partido revolucionário, etc.

³ Cf. LUKÁCS, 2014; LÖWY, 1998; OLDRINI, 2017.

⁴ “Democracia, revolução e socialismo – eis o tripé em que se assenta a teoria política de Rosa Luxemburgo. Transformá-la numa democrata *à la* Kautski, que queria a democracia sem o socialismo, revela apenas a indigência intelectual, moral e política deste nosso triste fim de século” (LOUREIRO, s/d, p. 57). Ver também: LOUREIRO, 2019; FRÖLICH, 2019.

Derradeiramente, tais resultados dessa pesquisa foram obtidos com a serenidade de uma investigação detida. Portanto, vale uma ressalva: não é intenção do presente artigo esgotar o tema, aqui, bastante complexo. Porém, sabemos que a temática demanda algumas intervenções que julgamos necessárias e oportunas. As escolhas textuais abaixo tendem a refletir à objetividade metodológica. Assim, as possíveis conclusões de como ambos os autores têm bastante afinidades e certas ponderações críticas diante da nossa realidade atual, se interpõem desde o início. Trazer à luz algumas considerações diante das questões elencadas acima, com norte argumentativo sendo colocado, aponta que há uma certa carência de produções que inter-relacionam os autores de maneira cautelara. Por esse motivo, miramos um trabalho *analítico e imanente*⁵. A pedra de toque abrange, pois, como a ideia de “revolução” e “proletariado” aparecem em textos canônicos e fundamentais.

2 O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO DE ROSA LUXEMBURGO – BREVES APONTAMENTOS

A polonesa-alemã Rosa Luxemburgo foi uma teórica revolucionária, embora nascida na Polônia, fez sua história militando na Alemanha. Possuía uma erudição e habilidade na escrita, com interesses diversos⁶ (cf. GUÉRIN, 2003). Nesse artigo, todavia, perpassaremos desde o embate teórico contra o reformismo da social-democracia alemã à tese da revolução proletária, chegando à crítica ao burocratismo socialista. Conforme Luxemburgo, ela se coloca, desde muito cedo, na luta teórica contra o “reformismo” que estava em cena na social-democracia alemã.

Um dos seus textos mais conhecidos, não por acaso, é o *Reforma social ou Revolução?*, de 1899, representa um embate direto contra E. Bernstein (hoje um completo

⁵ Seguimos o “norte metodológico”, por assim dizer, exposto por José Chasin: “Em suma, oposta às levianas “hermenêuticas” da imputação, bem como decididamente afasta da debilidade intrínseca à especulação racionalista autorreferida, a postura analítica deve propender ao compromisso com a solidez dos vigamentos que caracterizam a chamada *análise imanente* ou *estrutural* (CHASIN, 2009, 25 – itálicos do autor).

⁶ “Pero su penetrante intuición del movimiento elemental, espontáneo, de las masas, la manera como lo compara con los fenómenos de la naturaleza, es uno de los rasgos más originales de la personalidad de Rosa Luxemburg, que le asigna un lugar especial dentro del marxismo” (GUÉRIN, 2003, p. 23).

desconhecido⁷). A autora em questão foi bastante enfática neste texto: para ela, não é plausível uma reforma social se contrapor [a] uma revolução (Cf. LUXEMBURGO, 2018a, p. 1). Em suas palavras, “a social-democracia, há um nexos inseparável entre reforma social e a revolução social, na medida em que a luta pela reforma social é um meio, enquanto a transformação social é um fim” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 2).

Nesse sentido, foi o fio argumentativo dessa falsa tese bernsteiniana que permitiu ela polemizar contra as teses mais gerais do autor. Segundo ela, Bernstein veria que o “colapso geral do capitalismo tornou-se cada vez mais improvável com o seu desenvolvimento” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 6). Por isso, a autora empenha, a partir disso, em desconstruir suas falácias teóricas que ganhavam fôlego no movimento operário. Para a autora, diante da experiência da revolução de 1905, experiência que se viu com importantes repercussões, profundas no seio de obreiros de vários países a oeste do Império russo, a começar pela Áustria, onde ela provocou uma greve geral que conquistou o sufrágio universal.

A última década da vida de Luxemburgo, teve-se como esforço continuado para transmitir o legado fundamental ao proletariado alemão: não se deixar levar pelo reformismo, em vista de viabilizar a necessidade preparatória das massas para lutas revolucionárias, cada vez mais na ordem do dia. A deflagração da *Primeira Guerra Mundial*, bem como da revolução russa de 1917, e posteriormente a revolução alemã de 1918, confirmaram esse ímpeto que ela havia colocado desde 1905.

Reencenando: seu livro *Reforma social ou Revolução?* aparecem algumas questões pouco notadas, infelizmente, a saber: a crítica do Estado, do sindicalismo e da democracia liberal. Vejamos, a partir da primeira parte do livro, como o pensamento crítico da polonesa se desenvolveria, visto que, na segunda parte, ela retoma as mesmas questões. No entanto, no espaço presente é impossível detalhar as minúcias desse debate. Segundo Luxemburgo, os sindicatos, por sua vez, “não conseguem derrubar a lei do salário; no melhor dos casos, conseguem restringir a exploração capitalista a limites ‘normais’, porém de modo algum superar gradualmente a exploração propriamente dita” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 24).

⁷ Embora um embate contra um “completo desconhecido hoje”, as teses do autor, de maneira mais ou menos consciente ou não, reside, em grande parte nos partidos políticos à esquerda no mundo ocidental.

Com essa premissa, ela acrescenta os limites da atuação dos sindicatos como via alternativa da superação da exploração capitalista:

O sindicato pode intervir no lado técnico da produção e, ao que tudo indica, pode apenas agir nesse último sentido, quer dizer, no sentido de organizar a ação de cada um dos grupos de trabalhadores diretamente interessados, isto é, contrapondo-se às inovações. Nesse caso, porém, ele não age conforme o interesse da classe trabalhadora como um todo e por sua emancipação, que, sobretudo, coincide com o progresso técnico, isto é, com o interesse de cada capitalista, muito pelo contrário, age no sentido da reação (LUXEMBURGO, 2018a, p. 25).

Outro elemento importante a ser notado, é que a “atividade dos sindicatos restringe-se, então, principalmente à luta salarial e à diminuição do tempo de trabalho, isto é, apenas à regulamentação da exploração capitalista de acordo com as relações de mercado” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 26). Esse é o debate travado contra a ala reformista do SPD alemão que estava a centralizar suas forças na atividade sindical apenas.

Nesse sentido, especificamos que a autora reafirma uma tese cara ao marxismo da gênese do Estado. Segundo a polonesa, o Estado é um “Estado de classe”. Com isso, sua polêmica estaria em torno contra a tendência de um *gradualismo* na transformação, como se fosse possível, de um Estado capitalista para um Estado “proletário”, de forma parcelar, com bastante ênfase no destaque dessas limitações do chamado “mal menor”, ou das “reformas” pura e simplesmente, como processo transitório ao socialismo. Com isso pressuposto, ela argumenta:

O Estado atual não é uma “sociedade” no sentido da “classe trabalhadora ascendente, mas um representante da sociedade *capitalista*, isto é, um Estado de classe. Também por isso é que a reforma social manuseada por ele não é a execução do “controle social”, isto é, do controle de uma sociedade trabalhadora livre sobre o seu próprio processo de trabalho, mas sim o controle da *organização de classe do capital sobre o processo de produção do capital* (LUXEMBURGO, 2018a, p. 28 – itálicos da autora).

Claro que as reformas, de precipitação revolucionária, não são o alvo crítico da autora, mas seu oposto: agir apenas dentro do capital, seja via sindicalismo, seja “por meio de reformas sociais”, seria um grande erro. Portanto, o Estado “não atua como *limitação* da

propriedade privada, mas, inversamente, como sua *proteção*. Ou, economicamente falando, ela não constitui uma *intervenção* na exploração capitalista, mas uma *normalização*, um ordenamento dessa exploração” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 31 – itálicos da autora).

Ademais, com relação à democracia, fazemos algumas pontuações no que se deriva dessa crítica do Estado; importa notar que essa explanação é pouco referida aos textos de Luxemburgo. Pois, como veremos, a sua defesa da democracia não é simplesmente uma defesa abstrata, nem de forma voluntarista, mas viceja uma abolição da democracia liberal, ou seja, superação a ditadura do capital (“democracia burguesa”) e erigir a democracia proletária, ou seja, uma transformação revolucionária e não reformas no âmbito do capital. Isso relaciona-se diretamente com a crítica do Estado, a democracia burguesa, etc. Quando trata da política alfandegária e do militarismo, o desenvolvimento da burguesia, no sentido que exerceram, até certo ponto, papéis revolucionários, progressistas e indispensáveis na história do capitalismo; logo após, porém, postula que “O militarismo também se transformou de motor do desenvolvimento capitalista em uma doença capitalista”. Com isso, o Estado, como uma locomotiva da reação, adquire funções cada vez mais controladoras, gerenciais e, por finalmente, descarrilha ao iminente aparato repressivo e violento. De modo direto, Luxemburgo assevera, a partir disso: “O desenvolvimento da democracia no qual Bernstein também vê como meio da instauração gradual do socialismo, não contradiz, mas, pelo contrário, corresponde inteiramente à mudança do Estado descrita acima” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 34).

Observa-se ainda como esta crítica se coloca: segundo a autora, a *democracia*, isto é, o “controle social”, estaria correlacionada com a expansão militarista e do colonialismo⁸. Assim, “as formas democráticas da vida política são um fenômeno que expressa de maneira mais forte a evolução do Estado para a sociedade”. A partir dessa qualificação, arremata da seguinte forma:

8 Interessante notar que, em Lukács, de um modo mais detido e profundo tratará da “decadência ideológica burguesa” no pós-1848 no plano filosófico. Para uma observação mais detida sobre a questão, cf.: LUKÁCS, György. *El Asalto a la Razón*. Segundo o autor, o “comprometimento social da filosofia reacionária vai agora mais além, pois agora lhe encomenda a missão de mobilizar os espíritos no apoio ao imperialismo” (LUKÁCS, 1959, p. 168 – tradução nossa).

Diga-se que, de acordo com a forma, a democracia serve para expressar os interesses de toda a sociedade na organização estatal. De outro lado, porém, ela expressa apenas a sociedade capitalista, isto é, uma sociedade em conformidade com os interesses capitalistas. As instituições que, por sua forma, são democráticas, tornam-se assim, por seu conteúdo, instrumentos dos interesses de classes dominantes. [...] E a democracia como um todo não aparece como um elemento imediatamente socialista, que pouco a pouco preenche a sociedade capitalista [...], aparece como um meio especificamente capitalista de amadurecer e expressar as contradições capitalistas (LUXEMBURGO, 2018a, p. 35-6).

Essa seção do livro – *Política alfandegária e militarismo* –, a polêmica com Bernstein não é somente “reforma social ou revolução”, mas sim sobre os conteúdos por detrás dessa aparente ou efetiva dicotomia expressada na polêmica em tela. Por isso, sabendo que as instituições burguesas, bem como seus conteúdos e suas relações de produção: a “única coisa que pode derrubá-lo[s] é a martelada da revolução, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 37).

Outro texto importante de Luxemburgo é o *Greve de massas, partido e sindicatos*, de 1906. Nele marca-se o início da ruptura com o SPD alemão. Ela inicia o texto com críticas ao anarquismo, bem como a crítica a seu próprio partido⁹. Contudo, no texto ela não combate as organizações partidárias *per se*, como se supõe, mas a burocratização partidária e sindical, *pari passu* que a autora se atrela à defesa da espontaneidade das ações das massas na cena política. Com esses elementos, podemos passar para um breve olhar de perto no texto. Para isso, partimos do que seu biógrafo, Paul Frölich, expõe de modo claro a argumentação:

Esse escrito revela de que maneira Rosa Luxemburgo formou sua opinião sobre as formas de ação e métodos sobre a tática multiforme de luta da classe trabalhadora e porque logrou solucionar questões, como a da relação entre a luta cotidiana e a realização do socialismo, em uma época em que mal havia pressupostos elementares para isso. No debate sobre a greve de massas ficou claro que a maioria dos teóricos imaginou um esquema em que todas as dificuldades esperadas eram superadas da maneira mais acertada possível e as regras estabelecidas garantiam o êxito. Rosa Luxemburgo não calculou nem imaginou uma solução padrão para o futuro (FRÖLICH, 2019, p. 148).

⁹ Segundo Luxemburgo, “A greve de massas aparece frequentemente na atual discussão na Alemanha como um fenômeno singular pensado de forma clara e fácil, simplificado em excesso. Fala-se exclusivamente da greve política de massas” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 273).

Em outros vocábulos, para Luxemburgo, ao analisar a revolução de 1905 na Rússia, vê que o central das organizações das massas, nesse contexto, remeter-se-ia a maneira que a relação entre espontaneidade e ação consciente das massas, a fim de despertar um certo ímpeto, o qual escreve em *Greve de massas, partidos e sindicatos*:

Assim, é a revolução que primariamente cria as condições sociais nas quais é viabilizada aquela transformação imediata da luta econômica em política e da luta política em econômica, que encontra sua expressão na greve de massas. E quanto o esquema trivial apenas enxerga o nexos entre a greve de massas e a revolução nos confrontos de rua sangrentos com os quais as greves de massas se encerram, um olhar um pouco mais profundo sobre os acontecimentos russos nos mostra um nexos completamente *inverso*: na verdade não é a greve de massas que conduz à revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas (LUXEMBURGO, 2018a, p. 305-6).

Notamos que a revolução é, de acordo com o pensamento de Luxemburgo, um *processo*, ou seja, atos políticos que, no caso da greve de massas, temos esse direcionamento: “é a revolução que produz a greve de massa”. Esse elemento argumentativo, para nossa exposição, merece destaque. Segundo Guérin, a questão da auto-organização dos trabalhadores enquanto sujeitos autônomos e de consciência revolucionária, a autora se posiciona de tal maneira que, a respeito da greve de massas, “não satisfeita com a ênfase acentuada sobre a espontaneidade revolucionária, Rosa expulsou as mais sérias reservas acerca da capacidade das organizações políticas conscientes” (GUÉRIN, 2003, p. 25).

Por tudo isso, indicamos que Raya Dunayevskaya, outra intérprete de Luxemburgo, destacaria do caráter da “autodeterminação das nações”. Tema muito debatido no interior do pensamento de Luxemburgo, mas que aqui, contudo, podemos apenas anunciá-lo. Nesse sentido, nas palavras da autora ucraniana, “Rosa Luxemburgo nunca abandonou sua oposição à autodeterminação das nações, antes da revolução ou durante ela” (DUNAYEVSKAYA, 2009, p. 67). Diante disso, a respeito da tese revolucionária da autora polonesa, é possível corroborar o que se analisa, de modo atento, no livro sobre *A Revolução Russa*, o seguinte:

Com isso, a Revolução Russa apenas confirmou a lição fundamental de toda grande revolução, cuja lei vital é a seguinte: ela precisa avançar muito e decididamente, abater com mãos de ferro todos os obstáculos e pôr seus objetivos

sempre mais longe, ou será logo jogada aquém de seu frágil ponto de partida e esmagada pela contrarrevolução” (LUXEMBURGO, 2018b, p. 183).

Nesse sentido, a arguição de Luxemburgo deixa mais cristalizado, em alguma medida, os fundamentos práticos da teoria marxista, pois tais fundamentos que se abrem como “uma teoria revolucionária da transição do capitalismo ao socialismo” (LOUREIRO, 2019, p. 67). Por isso, fica entendido que a teoria marxista possibilitaria “orientar a tática cotidiana para a revolução socialista” (LOUREIRO, 2019, p. 99). Esse ponto, portanto, é primordial à tese luxemburguista.

Assim, nosso enfoque parte de uma questão razoável: assume-se que, diante do pensamento de Luxemburgo, temos nela uma crítica ao sindicalismo, às limitações do regime parlamentarista, ou seja, da democracia liberal; às vanguardas revolucionárias centralizadoras – no caso do bolchevismo – e ao reformismo prático que transforma o ideal socialista em fraseologias dentro ao capitalismo, adstringidas na esquerda, por vezes seduzidas pelo mito da “democratização do Estado”. No decorrer do séc. XX e XXI, não são poucos aqueles que deram atenção aos escritos de Luxemburgo, a despeito da mixórdia interpretativa que fizeram. Veremos que as reflexões que partem da polonesa, não apenas válidas em seu tempo, constituem um substancial contributivo ao movimento socialista nos dias atuais, mesmo em sua crise ampliada, consignadas nos agrupamentos políticos referentes.

3 GYÖRGY LUKÁCS EM *HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE* (1923): O DEBATE COM ROSA LUXEMBURGO

Considerado como um dos mais importantes pensadores do séc. XX, devido em grande parte a sua obra de projeção maior: a publicação de *HCC* (1923). Constituído por um conjunto de ensaios que lhe rendeu certa notoriedade naquela altura e posteriormente, dentro da tradição filosófica do séc. XX. Assim, de acordo com Ricardo Musse – intérprete também do pensamento lukacsiano –, no livro de 1923, teríamos que o autor húngaro “se contrapõe firmemente à tese de que a composição do proletariado se encaminha para uma fragmentação irreversível. Lukács retoma e reforça a visão promovida pelas lideranças da Internacional Comunista, em especial Rosa Luxemburgo e Lênin” (MUSSE, 2013, p. 133).

Após a morte de Luxemburgo, Lukács dedicou alguns escritos sobre a autora exposto no ensaio *Rosa Luxemburgo como marxista*, em que o marxismo se diferenciara das outras ciências, pois a “ciência burguesa [...] considera os fenômenos sociais sempre do ponto de vista do indivíduo”, enquanto o marxismo, a partir do domínio da categoria da *totalidade*, “não determina, todavia, somente o objeto, determina também o sujeito do conhecimento” (LUKÁCS, 2003, p 107)¹⁰.

Destaca-se que Lukács não foi um propriamente um “teórico da política” *strictu sensu*, mas que suas reflexões acerca do ser social *perpassaram* o complexo da política¹¹. Pensamos que essa hipótese é plausível textualmente. Segundo Ranieri Carli, em seu texto *A política em György Lukács* (2013), comenta: “O comportamento político possui a sua peculiaridade dentro das esferas da vida social; é um dos ‘degraus da superestrutura’. Não seria correto, portanto, fazer transbordar os traços da política para além de seus limites” (CARLI, 2013, p. 97). Por isso, há de se ter um cuidado ao transfigurar Lukács enquanto pensador político; certamente, não o podemos fazê-lo, embora caiba-nos apontar suas reflexões deixadas, dentro de limites de uma teorização orientada por sua *Ontologia do Ser Social* em fase posterior¹².

Porém, no momento o autor húngaro dialoga com pensamento de Luxemburgo, visa-se voltarmos à luz as palavras contidas em *HCC*, porque será nele que Lukács dedica o segundo e o penúltimo ensaios às análises acerca da autora. Eles, pois, trazem consigo questões interessantes a serem desenvolvidas, ainda que de modo breve, mas não menos relevante. Conforme Guido Oldrini expõe esse itinerário:

¹⁰ Assim, pode-se antever como, para o Lukács de *HCC*, a questão do “sujeito-objeto” idêntico é perceptível no proletariado. No entanto, essa tese seria abandonada nos seus escritos tardios.

¹¹ Para especificações maiores, ver: REZENDE, Claudinei (2018): “Expondo as forjas da generidade, Lukács buscava a elaboração de fundamentos teóricos para uma práxis política efetiva, questão que lhe impunha como imprescindível no renascimento do marxismo” (p. 51). Em outras palavras, Lukács entendia o complexo da política não como um momento “crucial” da sociabilidade humana, mas como um momento da práxis social, com autonomia relativa, porém nunca de modo autárquico à mesma sociabilidade. Por isso, Lukács nunca se dispôs a escrever sobre “política” no sentido grosseiro da palavra, como fizeram Hannah Arendt ou Norberto Bobbio, por exemplo.

¹² Não se pode “confundir” o Lukács da *Ontologia* como o de *HCC*. É sabida da autocrítica do “velho” Lukács ao Lukács da “juventude”, a saber, no famoso “Prefácio de 67” à edição de *HCC*, por exemplo. Nesse distanciamento interno à teoria lukácsiana entre *HCC* e *Ontologia*, Oldrini escreve: “Trotsky é posto imediatamente de lado e depois, continuamente, sempre rejeitado com extrema decisão, como incompatível com a própria existência da URSS; formas do ‘marxismo ocidental’ a Korsch, todas as formas do hegeliano-marxismo, em geral, não conseguem obter com ele crédito algum após a virada dos anos de 1930” (2017, p. 414).

Começamos por dizer que o amadurecimento marxista de Lukács deixa definitivamente para trás uma série de hipóteses teóricas. O economicismo exemplificado nas teorias marxistas da Segunda Internacional deixa de ter valor para ele já na altura do seu protomarxismo; as contas com Luxemburgo são ajustadas de uma vez por todas ao longo do mesmo período, durante a preparação e a redação de *História e consciência de classe* (OLDRINI, 2017, p. 413-4).

Veja-se ao ponto que nos interessa: “as contas com Luxemburgo são ajustadas”. Em primeiro momento, no *Rosa Luxemburgo como marxista*, há um tom elogioso perante a autora. Esse tom é colocado à análise meticulosa, que chega a ser difícil desvencilhá-la das ideias de Luxemburgo, em alguns momentos, frente às ideias do próprio Lukács.

Para o autor húngaro, Luxemburgo se pôs de modo ativo contra as tendências dogmáticas e mecanicistas do marxismo. Por isso, a partir de uma leitura deveras atenta da autora, com um filósofo expoente do seu desenvolvimento marxista, ele consegue ilustrar muito bem questões referentes à Luxemburgo. Não apenas no “método de exposição”, mas o entendimento do “papel do partido”, escreve Lukács, foi uma das contribuições significativas que a autora polonesa trouxe. Ademais,

Rosa Luxemburgo reconheceu antes e mais claramente que muitos outros o caráter essencialmente espontâneo das ações da massa revolucionária (sublinhando, assim, outro aspecto dessa constatação anterior, segundo a qual essas ações são o produto necessário de um processo econômico necessário). Não é um acaso, portanto, o fato de ela ter compreendido, igualmente muito antes de outros, o papel do partido na revolução. Para os vulgarizadores mecanicistas, o partido era uma simples forma de organização, e o movimento de massa, bem como a revolução, não passavam de um problema de organização. Rosa Luxemburgo reconheceu cedo que a organização é, antes, uma consequência do que uma condição prévia do processo revolucionário, do mesmo o proletariado só pode se constituir em classe no processo e por ele (LUKÁCS, 2003, p. 127-8).

Nota-se que Lukács enfatiza que, para Luxemburgo, a questão da organização seria essa consequência de condição prévia do processo revolucionário. Observemos ainda que Lukács, nesse sentido, nas páginas finais do referido ensaio, remete à “unidade da teoria e da prática não existe somente *na* teoria, mas também *para* a práxis” (LUKÁCS, 2003, p. 131 – itálicos do autor).

O ensaio, ao final, vemos um Lukács teoricamente próximo à Luxemburgo, principalmente no que se refere ao embate contra o *reformismo* e a *contrarrevolução* que Luxemburgo havia realizado dentro do partido social-democrata alemão. No entendimento de Lukács, observa-se que frente a Luxemburgo, o proletariado como classe, teria sua consciência e a custeamento dela, nas lutas, de tal maneira que “sua consciência de classe e elevar-se ao nível de sua tarefa histórica – objetivamente dada – no combate e na ação, o partido e o militante individual também só podem se apropriar realmente de sua teoria se estiverem em condição de fazer passar essa unidade para sua práxis” (LUKÁCS, 2003, p. 131)¹³.

Mas não para por aí. Quando se lemos em *Notas críticas sobre a Crítica à Revolução Russa, de Rosa Luxemburgo*, o pensador húngaro adota o posicionamento agora um pouco distinto do que tivera no primeiro ensaio. Sua posição estaria colocada à defesa do partido *leninista* para o processo russo. No que se refere à Luxemburgo, há no ensaio anunciado uma tonalidade mais crítica nas considerações elaboradas por Lukács, no debate em torno do Revolução Russa. O argumento central de Lukács está em torno de uma posição aberta em defesa da *realpolitik* do processo em curso na Rússia (LUKÁCS, 2003; cf. LUKÁCS, 2012).

Nesse ensaio contém comentários sobre o desenrolar na revolução russa, de um lado, e o conteúdo textual de *A revolução Russa*¹⁴, de outro lado. Segundo Lukács, “Rosa Luxemburgo não percebe a imposição que o destino faz à revolução proletária, obrigando-a a escolher entre necessidades não ‘puramente’ socialistas” (LUKÁCS, 2003, p. 496). No entendimento do filósofo, a polonesa se equivocou porque ela teria deixado de ver que “é necessário para o partido revolucionário do proletariado mobilizar todas as forças revolucionárias no momento dado e assim se levantar claramente e com o maior poder possível a frente da revolução no instante de medir as forças com a contrarrevolução” (LUKÁCS, *idem*). Lukács sinaliza que, dadas as condições russas, pontua com “a eclosão da

¹³ Em *HCC*, Lukács, ainda sob a influência mista de um proto-marxismo e um hegelianismo latente, desenvolveu a ideia de um “sujeito-objeto” ao proletariado e o partido como a consciência dessa classe revolucionária. De maneira sumária, temos, segundo o autor húngaro: “Sujeito e objeto do processo social já se encontram aqui, portanto, numa relação de ação recíproca e dialética” (2003, p. 335). Em sua obra tardia o autor abandona essa tese.

¹⁴ Ver LUXEMBURGO, Rosa, 2018b, 175-212p.

guerra mundial, com a atualidade da guerra civil, essa questão, que era ‘teórica’, tornou-se uma questão prática candente. *O problema da organização torna-se um problema tático-político*” (LUKÁCS, 2003, p. 514 – itálicos do autor). Desse modo, para o filósofo, a revolução russa como um fenômeno novo na história do movimento operário, não poderia ser colocada ao lado das revoluções burguesas¹⁵, como pensava Luxemburgo. Assim ele diz:

O fato de que após a derrocada do capitalismo se ponha em marcha *um complexo e doloroso processo* nessa direção não contradiz essas oposições. Pelo contrário, a partir da constatação de que o socialismo só pode ser realizado como *transformação consciente da totalidade da sociedade*, seria um modo de pensar totalmente antidialético e anti-histórico exigir que o socialismo ocorra de um único golpe e não como um resultado de um processo. Esse processo, porém, *é qualitativamente* diverso da transformação da sociedade feudal em burguesa” (LUKÁCS, 2003, p. 507 – itálicos do autor).

Ressaltamos como Lukács é taxativo. Sublinha a discordância de Luxemburgo contra Lenin no que se refere à organização partidária, como também ambos se apoiavam na luta contra o *oportunismo* e o *reformismo* em voga. Na letra de Lukács, Luxemburgo tinha uma certa sobrevalorização da maneira como o proletariado “entrará na revolução como um grupo coeso, uniformemente revolucionário, sem ser contaminado pelas ilusões democráticas da sociedade burguesa ou desviado para um falso caminho” (LUKÁCS, 2003, p. 510).

O contexto de Lukács para a defesa do leninismo e, por outro lado, a crítica à tese de Luxemburgo, tem um fio condutor claro: na parte final do seu ensaio, afirma que a partir da visão “orgânica” do conjunto, sem fazer as mediações com a ala reformista e contrarrevolucionária no processo russo. Com isso, autora polonesa é criticada:

Embora Rosa Luxemburgo tenha sido uma das melhores conhecedoras da situação Russa, ela acabou adotando como essencial o ponto de vista da esquerda não-russa, recrutada principalmente entre a camada radical do movimento operário que não dispunha de qualquer experiência revolucionária prática. [...] Após essas explicações, terá ficado evidente que em suas – comumente magistrais – análises dos movimentos de greve em massa na primeira Revolução Russa ela não fala de modo algum do papel dos mencheviques nos movimentos políticos daqueles anos. Todavia, sempre viu com clareza e combateu energicamente os perigos políticos e táticos de toda atitude oportunista (LUKÁCS, 2003, p. 513).

¹⁵ Vejamos o que diz Lukács: “*ela [Luxemburgo] pensa a revolução proletária sob a forma estrutural das revoluções burguesas*” (LUKÁCS, 2003, p. 508 – itálicos do autor).

Com isso, pode-se ver que Loureiro, quando investiga essas considerações de Lukács, escreve que a “interpretação de Lukács é engenhosa, convincente e dramática. A categoria da totalidade é de tal forma abrangente que não deixa espaço para escolhas individuais. Luxemburgo estava acorrentada pela história e à revolução” (LOUREIRO, 2019, p. 305). Entretanto, a autora, nos meandros da sua tese, explica que a interpretação de Lukács teria, de alguma maneira, uma visão reducionista acerca de Luxemburgo. Vejamos:

Essa concepção organicista [...] teria levado Rosa, no opúsculo em que critica a dissolução da Assembleia Constituinte pelos bolcheviques logo depois da tomada do poder, a rejeitar a substituição da democracia parlamentar pela democracia dos conselhos e, de modo geral, a acreditar que a história, quando apresenta os problemas, apresenta a revolução proletária como um processo radicalmente novo que não pode ser comprado à transição orgânica do feudalismo ao capitalismo e que, por isso, não pode se fundar na espontaneidade das massas. Segundo ele, esse processo exigiria formas novas de organização e de poder: o partido-vanguarda e os soviets (LOUREIRO, 2019, p. 156).

Portanto, pode-se findar até aqui que mesmo que os argumentos de Lukács nos pareçam muito bem construídos, não podemos tomá-los de modo irrefletido e imediato. Suas considerações são oportunas, de fato, o que não desconsidera que as discussões que partem das considerações de Lukács são originais e, hodiernamente, marcou os rumos de várias discussões posteriores. Conforme Luxemburgo escreve na sua obra *A Revolução Russa* – e aqui, pois, mostra-se um fator Lukács não discordaria: “A revolução Russa – fruto do desenvolvimento internacional e da questão agrária – não pode ser resolvida nos limites da sociedade burguesa” (LUXEMBURGO, 2018b, p. 177).

4 UM DIÁLOGO REVOLUCIONÁRIO ENTRE ROSA LUXEMBURGO E GYÖRGY LUKÁCS

Como pronunciamos, um diálogo mais detido acerca de ambos os autores, metaforicamente poderiam constituir um “casamento quase perfeito”. As anuências de nossos autores partem-se de que o marxismo seria o pressuposto de uma espécie de

“bússola” teórico-prática do proletariado em cena¹⁶. O filósofo húngaro, no seu livro *Lenin*, escrito logo após o revolucionário russo falecer em 1924, diz que o marxismo seria “a teoria da revolução proletária” (LUKÁCS, 2012, p. 29). Todavia, cabe salientar, a posição de Lukács é a posição *leninista* que permeará adiante em seus escritos posteriores (nesse texto sobre Lenin, mostra-se o quanto Lukács era tributário do revolucionário russo). Por outro lado, a autora polonesa afirma, por exemplo, num texto em que homenageia – com certo tom eloquente – o filósofo de Trier, intitulado *Karl Marx*, este “quem, por assim dizer, descobriu a moderna classe trabalhadora como categoria histórica, isto é, como uma classe com determinadas condições de existência e leis de movimento históricas” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 131-2).

Embora com um aparente *utopismo messiânico*¹⁷, que veio à tona com o leninismo do filósofo húngaro na década de 1920, resta claro que, nesse caso em especial, sua concepção está adstrita na ideia de que

a práxis do proletariado também assume a tarefa de impulsionar a unidade de teoria e prática. Essa função, aliás, decorre quase automaticamente da concepção que apresenta a doutrina marxista como uma espécie de meditação organizada acerca da ação revolucionária. Assim, de forma um tanto paradoxal, Lukács apoia no proletariado a validade de sua teoria social precisamente porque lhe atribui um caráter eminentemente prático (MUSSE, 2013, p. 129).

Porém, alguns temas, como a “democracia” e o “stalinismo” serão apenas tratados na maturidade; há também correções pontuais no que se diz respeito à algumas temáticas de *HCC*¹⁸. Nesse feito, Claudinei Rezende pondera que, no pensamento lukacsiano da maturidade (na década de 1960), “a democracia burguesa, de um lado, e a viabilidade da democracia operária, de outro, [são] tomadas em suas objetividades concretas como ponto

¹⁶ No caso de Lukács, mesmo com a “virada ontológica” dos anos 30, julgamos que, nesse presente momento, seria inviável tratar do assunto. O faremos em momento mais oportuno.

¹⁷ Sobre essa questão, no famoso prefácio autocrítico de 67, fazendo uma retrospectiva mais crítica de sua obra, Lukács diz: “*História e consciência de classe* representou a síntese e o termo do meu período de desenvolvimento, que começou em 1918-1919. Os anos seguintes mostraram isso de maneira cada vez mais evidente. Sobretudo o utopismo messiânico desse período perdia progressivamente sua influência” (LUKÁCS, 2003, p. 32).

¹⁸ Ver notas 16 e 18, por exemplo, sobre a questão da centralidade e da vanguarda do partido revolucionário e da “relação sujeito-objeto da consciência do proletariado”. Temas que, ao final da vida, abandona essas formulações – e, no limite, reformulando-os.

de partida” (REZENDE, 2018, p. 59). No livro publicado no Brasil sob título *Socialismo e Democratização*, em que o ponto de partida desenvolvido no texto ali presente, *O processo de democratização*, aponta: “[...] a tarefa da democracia socialista é penetrar realmente na inteira vida material de todos os homens, desde a cotidianidade até as questões mais decisivas da sociedade”, bem como isso seria “dar expressão à sua sociabilidade enquanto produto da atividade pessoal de todos os homens” (LUKÁCS, 2008, p. 117)¹⁹.

Para Lukács, no entanto, o caso consistiria em demonstrar como “a sociedade burguesa cria uma constituição em que o homem ideal aparece com amarras que o atam a uma condição apenas de homem idealizado, enquanto sua realidade material é a privação de sua individualidade plena” (cf. REZENDE, 2018, p. 61). Não se trata de um Lukács idealizando uma forma societária, como poderíamos supor; porém, compreender de maneira lúcida como as categorias, no caso a democracia, está entendida na sociedade capitalista. No seu texto, Lukács é bastante claro com relação ao argumento exposto:

Mas, com isso, determina-se ao mesmo tempo, de modo preciso, o lugar desta forma burguesa de democracia no grande processo do desenvolvimento da humanidade, da formação do gênero humano, do processo pelo qual o homem se torna homem. Sobre a forma mais geral da situação do homem na democracia burguesa, agora reconhecido em sua concretude, Marx diz que, para ele, os outros homens constituem não a realização, mas o limite de sua liberdade. É esta a realidade social básica do capitalismo, ou seja, o fato de que o sujeito da práxis real na sociedade é o homem egoísta, o homem que, precisamente por isso, não se eleva acima da particularidade [...] a genericidade aqui realizada – ou seja, a vida genérica real do homem – apresenta-se em “oposição à sua vida material” (LUKÁCS, 2011, p. 90).

Outro ponto notável é, assim como em Luxemburgo, que Lukács não se deixa seduzir pela democracia liberal-burguesa²⁰. Para Lukács, a “democracia” está longe de ser uma panaceia que gira em torno de meros construtos mentais ou formalísticos da sociedade burguesa. Sabe-se, ainda, que ela é componente das revoluções burguesas, as quais, “suas Constituições partem da oposição-unidade entre *homme (bourgeois)* e *citoyen*.” (LUKÁCS, 2008,

¹⁹ O jovem Lukács de HCC não trabalha a questão da *democracia*, como é no caso dos textos da maturidade. Ao fazermos essa análise, não podemos – com certa ênfase – sobrepor aspectos da *Ontologia à HCC*.

²⁰ Segundo Rezende: “Lukács jamais creditou à democracia política um valor universal, isto é, Lukács não propõe a democracia burguesa como alternativa ao socialismo soviético” (REZENDE, 2018, p. 50).

p. 89 – itálicos do autor), como se pode ler em *O processo de democratização*. Em palavras mais diretas, no seu importante ensaio intitulado *As tarefas da filosofia marxista na nova democracia*, contido no livro *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (2009), aponta a premissa geral que permeará o argumento geral da seguinte forma:

Há que ver claramente que *nada* do que uma democracia - qualquer que seja ela - pode apresentar formalmente possui valor *intrínseco*. De fato, em determinadas condições, tudo pode converter-se em instrumento de opressão, exploração, reação. A filosofia marxista pode ter uma utilidade de primordial importância para o esclarecimento sistemático desses problemas políticos. Ela deve, sistematicamente, fazer triunfar a superioridade do conteúdo sobre a forma, ou seja: afirmar, teórica e praticamente, a prioridade do conteúdo político-social em relação à forma jurídica (LUKÁCS, 2009, p. 57 – itálicos do autor).

Nessa acepção, Lukács queria, com isso, “fixar uma proporção dialética precisa em relação ao conteúdo e à forma” dessa possibilidade democrática fora das rédeas do capitalismo. Por isso, a “pesquisa de uma clara concepção filosófica da relação entre forma e conteúdo pode adquirir uma importância prática de primeira ordem” (LUKÁCS, 2009, p. 58). É por isso que interessava a Lukács exprimir as postulações necessárias, para que se rompa o mero formalismo do que sejam os conceitos entendidos de maneira imediata e que, na vida dos homens, sobretudo, são acisoladas pelo aparato da forma jurídica – o Estado burguês (essencialmente classista).

No outro plano da questão, observa-se que a autora brasileira Isabel Loureiro, por sua vez, tem uma parecida leitura acerca de Luxemburgo, no que se refere à democracia liberal. Observemos como isso se cristaliza nas suas próprias palavras. Segundo a autora,

Se, por um lado, Rosa Luxemburgo não é defensora da democracia como valor universal, insistindo veementemente na necessidade de distinguir entre o ‘núcleo social e a forma política da democracia burguesa’, ou seja, na necessidade de desvendar ‘o áspero núcleo de desigualdade e de servidão sociais escondido sob o doce invólucro da igualdade e da liberdade formais’, por outro também não rejeita a democracia formal - ela pretende tão somente que os trabalhadores no poder lhe dêem ‘um conteúdo social novo’, o que implicaria na efetiva igualdade de todos os homens (LOUREIRO, s/d, p. 56).

O que fica claro até aqui, diante dos textos dos autores, é que um diálogo próximo e fecundo de ambos os autores é oportuno e bastante contributivo aos dilemas de nossa

época; de modo mais direito, eles estiveram discutindo dilemas e problemas de seus tempos. Para tanto, observa-se certa sutileza entre aproximações e distanciamentos que ocorrem a partir dos elementos destacados; contudo, ao que nos interessa no momento, a polêmica com Luxemburgo no ensaio em questão:

A polêmica de Lukács direciona-se, em grande medida, às teses de Rosa Luxemburgo sobre a organização partidária. Ambos diferem dos “oportunistas” que afirmavam a natureza desnecessária da ação partidária porque o socialismo viria fatalmente; discordavam dos fatalistas, mas discordavam entre si quanto à espécie de organização partidária que melhor refletiria as exigências do movimento operário (CARLI, 2013, p. 83-4).

Nesse ínterim, Luxemburgo em suas investigações teóricas não perde de vista a questão democrática. Idem com relação a Lukács. Outro elemento que podemos mencionar, embora Luxemburgo tivesse se posto ao lado dos bolcheviques na Revolução de Outubro – e esta crítica não pode ser tomada de modo unilateral –, a censura de Luxemburgo se dirigia aos bolcheviques justamente pela substituição do parlamento pelos soviets, que foram vistos como representantes das massas trabalhadoras, “enquanto manifestavam um desprezo glacial pela Assembleia Constituinte” (cf. LUXEMBURGO, 2018b, p. 191).

Condensando, outro e substancial elemento de destaque é da defesa do leninismo por parte de Lukács (em seus diversos momentos, enquanto Luxemburgo, por seu turno, se mostra crítica em alguns aspectos referidos, principalmente na noção “burocratizada” do partido) (cf. LUKÁCS, 2003, 2008; LUXEMBURGO, 2018a, 2018b). Entretanto, esse elemento fica mais observável na medida que se trata acerca da *possibilidade* do socialismo em ambos os autores. O jogo de consanguinidades e distanciamentos nesse tema é sutil, nem por isso confundíveis.

5 PROLETARIADO, REVOLUÇÃO E A POSSIBILIDADE DO SOCIALISMO

Podemos notar que nem Luxemburgo e nem Lukács idealizaram a democracia como um *valor universal* (cf. LUXEMBURGO, 2018a; LUKÁCS, 2008). Para os autores, na vida cotidiana, na *espontaneidade* das ações dos trabalhadores, se emergem as demandas pelas quais

eles próprios podem levar a cabo. Ainda que pensem de um lado haver uma visão de um Lukács “stalinista”²¹, e de outro, teríamos uma Luxemburgo “anti-partido”²² e antileninista, tais visões são oportunistas e caricatas. Aliás, convém assegurar, decerto, que Luxemburgo sequer foi uma “antileninista” com sua polêmica com Lênin em torno do partido da revolução (LOUREIRO, 2019).

Apropriado notar que com o incidir das décadas, Lukács muda um pouco seu direcionamento das suas ideias no que se diz respeito à teoria socialista (momento importante de destacar). Agora não mais uma defesa imediata da revolução, mas pensar o socialismo para *além* dos muros soviéticos – desafio concreto nos idos da década de 1960. Quando Carli, por exemplo, comenta a especificidade da questão da política em Lukács, se depara com a problemática da “preocupação de Lukács” em “retirar das costas de Lenin a responsabilidade pela verdadeira jaula de ferro que se transformou o partido comunista durante o regime de Stalin, quando se reduziu a zero a influência da espontaneidade das massas nas instâncias partidárias” (CARLI, 2013, p. 87). Essa relação de Lukács com o stalinismo é bastante nuançada²³.

No texto *O processo de democratização*, o filósofo húngaro apresenta, de certa maneira, esta síntese do pensamento político de sua maturidade (cf. REZENDE, 2018). Pode-se trazer uma tripartição temática mais direcionada: 1) a crítica à democracia burguesa; 2) a crítica ao stalinismo; 3) e a defesa do que Lukács chama de *democracia socialista* (cf. LUKÁCS, 2008). Dizemos isso, pois, nossa intenção aponta algo diferente, ao contrário do que Michael Löwy, por seu turno, sugere-nos:

Com efeito, a partir de 1926 começa na vida e obra de Lukács uma mudança decisiva, uma ruptura teórica e política profunda com todo seu antigo pensamento revolucionário e,

²¹ Diz o próprio Lukács: “É um fato grotesco que Stalin tenha dito sobre a tarefa da literatura: ‘Escreva a verdade!’ Só que ele não suportava justamente que a verdade fosse escrita. Estou disposto, a respeito disso, a aceitar a palavra de ordem de Stalin e dizer: ‘Escrevam a verdade!’ (LUKÁCS, 2017, p. 179). Aqui mais um ponto contrário ao que outrora sugeriu Löwy (1998).

²² No seu importante texto “Greve de massas, partido e sindicatos”, escreve claramente: “[...] o período vindouro de grandes lutas de massas proletárias, tornando assim necessário, porém, a reunificação da social-democracia e dos sindicatos no interesse de ambos” (LUXEMBURGO, 2018, p. 349, Vol. I).

²³ Ver, TERTULIAN, Nicolas. Lukács e o stalinismo. Segundo o autor romeno, “Lukács estava persuadido que longe de ser um fenômeno histórico passageiro, circunscrito à vida daqueles que lhe haviam dado seu nome, o fenômeno do stalinismo, tornado uma *forma mentis*, iria devastar ainda por muito tempo o movimento comunista internacional (TERTULIAN, 2007, p. 5).

em particular, com *História e consciência de classe*. Numa palavra, seus escritos pós 1926 caracteriza-se pela conversão bem entendido, com muitas reservas e reticências – ao stalinismo (LÖWY, 1998, p. 232).

Algumas interposições carecem de ser colocadas diante da afirmativa de Löwy. A questão se coloca ao sociólogo franco-brasileiro, quando escreve seu livro, desconhecia os textos e entrevistas que Lukács tocou na questão do *stalinismo*²⁴. Segundo Terlulian, ter-se-ia, nesse diapasão, “Duas razões haviam determinado Lukács a consagrar tanta energia a este problema [na maturidade]. A primeira de ordem mais geral, estaria ligada ao destino do movimento comunista mundial; a segunda, mais pessoal, estaria intimamente ligada à sua própria história (TERTULIAN, 2007, p. 5).

Sabemos que não se trata de desmerecer o autor brasileiro, mas trazer uma posição que julgamos a mais acertada²⁵. Lowy sobrevaloriza um certo “romantismo revolucionário”, em alguma medida, mais presente no *HCC* e que, no final, Lukács corrige essa visão, tomando-a como equivocada em 1923 (isso incluiria até mesmo a forma de organização partidária)²⁶.

Quanto à crítica do *stalinismo* – no que se refere ao engessamento do partido outrora revolucionário – e, ao mesmo tempo, contra a *burocratização* da vida social, como elemento consequente do partido bolchevique figurava-se apenas como *aparência*. Na prática, ficava claro o tom direto do autor de Budapeste quanto a essa fórmula partidária de *estamentos*. Vale,

²⁴ O autor húngaro repõe a questão de modo bastante crítico em: LUKÁCS, György. *Pensamento vivido*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

²⁵ Para que sejamos justos, façamos uma ressalva de ordem, por assim dizer, “ideológica” frente à possibilidade de acusar-nos de um “esquerdismo”. Conforme lemos, “Sabe-se bem que legiões inteiras de ativistas anticomunistas profissionais são recrutadas e mobilizadas, sob diversas siglas, tendo em vista a difamação sistemática do socialismo. Especialmente nos Estados Unidos e na Alemanha atuam a pedido, vendendo a propaganda como ‘pesquisa’ e a difamação como ‘documentação’, autodenominados centros de cultura, responsáveis realmente pelo apoio, pelo financiamento e pela orientação diretiva de personagens que venham de, ou conspiram com aquele órgão público do crime que é a CIA” (OLDRINI, 2017, p. 453).

²⁶ Segundo Oldrini: “Em relação a virada lukácsiana dos anos de 1930 e ao que dela se segue, por toda parte buscam-se indícios, prontamente transformados em certezas e supostas evidências, da concessão de Lukács à linha ideológica soviética oficial; de modo que caem sobre sua cabeça, também por parte de estudiosos de fama internacional, tais como Isaac Deutscher ou Georg Lichtheim ou Daniel Bell (e muitíssimos outros juntos com eles), as acusações de “ortodoxia”, de “burocratismo”, de alinhamento sem reservas aos *slogans* oficiais do stalinismo (OLDRINI, 2017, p. 453).

então, citar Lukács, em oposição novamente à interpelação de Lowy, a fins de direcionamento argumentativo:

A solução tática dada por Stalin aos problemas que então se apresentavam foi então o dismantelamento radical de qualquer tendência capaz de se transformar em condição preparatória de uma democracia socialista. O sistema dos soviets deixou na prática de existir. Os principais órgãos do Estado, ainda que permanecessem formalmente democráticos, ganharam uma forma que, com exceção do sistema de partido único, tornava-os bastante próximos dos parlamentos da democracia burguesa; os níveis inferiores do sistema dos soviets reduziram-se a órgãos de administração local, eleitos do mesmo modo que tais parlamentos (LUKÁCS, 2008, p. 153-154).

Segundo Lukács, o stalinismo representou o desaparecimento das “tentativas ideológicas dos últimos anos de Lênin, que visavam a construir uma democracia socialista real”, como visto. Por isso, a posição de Löwy nesse caso é equivocada: ou seja, essa oportunidade de democracia fora do partido-Estado; ademais, acabou por ser aviltada pelo modelo *stalinista* (e que se tornou tendência nos partidos comunistas ao redor do mundo). Isso tornou visível que “o aspecto de maior destaque é que a atividade autônoma das massas praticamente desapareceu, não apenas na chamada grande política, mas também na regulação da vida cotidiana destas massas” (LUKÁCS, 2008, p. 170).

Por outro lado, para o que nos interessa aqui, entende-se a “democracia” como um elemento, não somente ponto chave estanque, mas como um *processo* contínuo. A supressão da democracia de hoje para erigir-se outra, como um processo não de “reformas”, ou de defesa ampla e *abstracta* das instituições burguesas, mas colidir imediatamente contra elas, para colocar em processo a democracia substantiva e socialista. Conforme um intérprete como Sartori, “a questão democrática, como aparece em Lukács, se valorizada, é inseparável da transformação consciente das condições de vida e, no limite, do socialismo” (SARTORI, 2016, p. 12).

Mais adiante, conforme podemos relacionar – sem fazer a transposição arbitrária – com a noção de *ação revolucionária* em Luxemburgo, à ideia de um *internacionalismo proletário*. Se se suprimir a sociedade de classes em geral significa abolir, pois, as formas específicas que constituem a sociedade capitalista, tal como o Estado, o direito e também a política, logo é peremptório que essa forma unitária cada vez mais íntima da teoria e de práxis assumam

contornos de um postulado revolucionário que derrube justamente o Estado e suprima a propriedade privada. No pensamento de Luxemburgo, não menos respeitável, *internacionalismo* não apenas é presente, como bem notado, mas constitutivo de seu arcabouço teórico, segundo Raya Dunayevskaya²⁷. As indicações mais explícitas também aparecem em *Greve de massas, partido e sindicatos* e n^o *A Revolução Russa*, de forma que o argumento se apresenta de maneira mais sistematizada, embora não possamos adentrar nos pormenores dele aqui. Porém, é visível que ao analisar o processo revolucionário russo, Luxemburgo visualiza a questão do seguinte modo:

Toda honra e capacidade de ação revolucionárias, que faltaram à social-democracia ocidental, encontravam-se nos bolcheviques. Com sua insurreição de outubro, não somente a salvaram, de fato, a Revolução Russa, mas também a honra do socialismo internacional (LUXEMBURGO, 2018b, p 185-6).

Em outras palavras, a ação das massas desencadearia uma revolução a nível extranacional. Antes disso, a revolução precisa, de fato, ter seu caráter verdadeiramente revolucionário rumando ao socialismo e, com isso, alavancar-se à níveis mundiais. Como sempre na sua obra, a teoria está vinculada a partir da análise palpável de uma situação igualmente real (cf. LOUREIRO, 2019). Para que citemos diretamente Luxemburgo em *Greve de massas, partido e sindicatos*:

Não é no alto, no cume das lideranças das organizações e da sua associação federativa, mas embaixo, na massa proletária organizada, que se encontra a garantia para a verdadeira unidade do movimento operário. Na consciência dos milhões de membros dos sindicatos, o partido e o sindicato são *um*, a saber, a luta emancipatória *social-democrata* do proletário sob formas diferentes (LUXEMBURGO, 2018a, p. 348 – itálicos da autora).

Notemos outro elemento importante, afora o sobredito: Luxemburgo não diz, em nenhum momento, que o partido não deve existir ou que não teria relevância nesse

²⁷ “O internacionalismo de Rosa Luxemburgo não foi inferior ao de ninguém em seu pensamento, em suas ações; de fato, em sua vida inteira. É claro que em sua mente brilhante quando chegou a revolução, tampouco foi inferior à de ninguém. A Revolução de 1905 que a fez exclamar que a revolução era o “todo”, e tudo o mais “um pouco”. Esse era o fio vermelho que imbuíu todos seus escritos políticos (DUNAYEVSKAYA, 2009, p. 184).

processo²⁸. Como também não cabe fazer dela uma “defensora” da ordem ou coisa semelhante. Importa-nos aqui ver como essa questão aparece, mesmo que seja de maneira mais sutil. Chama atenção, para isso, Guérin: “Em todo caso, o partido pode adaptar-se à situação e manter o mais estreito contato com as massas” (GUÉRIN, 2003, p. 27). Do que Luxemburgo quer se afastar, como afirmamos, sem dúvidas, é o *reformismo*, conforme apontado na sua crítica à Bernstein²⁹. A atualidade dessa crítica, outrossim, é bastante audaz: “sindicatos, reformas sociais e, como Bernstein ainda acrescenta, a democratização política do Estado são os meios para instauração gradual do socialismo” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 24).

Voltando, no caso em particular, aos episódios na Rússia de 1905-1906, vicejavam a contribuição fundamental para a teoria da ação revolucionária. Para a autora, “os escritos e declarações do socialismo internacional sobre a questão da greve de massas datam da época anterior à Revolução Russa, o primeiro experimento histórico em grande escala com esse meio de luta” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 263).

Todavia, destaca-se aqui o que pode ser analisado em Lukács – tal qual se dá de algum modo em Luxemburgo³⁰ –, que ele não deixa dúvidas quanto à ideia de que o comunismo não é elaborado por “decretos” e nem por meios “ditatoriais” pura e simplesmente. Vejamos o que Lukács assegura-nos, em seu diálogo autobiográfico, o *Pensamento Vivido*:

Nunca tive relações com social-democratas. Eu era um comunista húngaro radical de cunho particular, que, no comunismo, proclamava a democracia, mas que nunca aceitou a atenuação socialdemocrata da noção de ditadura. Estava entre dois campos: não simpatizava com os social-democratas nem com aqueles que queriam estabelecer o comunismo por meios ditatoriais (LUKÁCS, 2017, p. 161).

²⁸ No seu pequeno e importante texto intitulado *Escola sindical e escola partidária (1911)*, afirma: “A organização de estabelecimentos pedagógicos da luta de classes proletária precisa ser aprendida, assim como cada uma das partes dos anseios de emancipação do proletariado” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 410).

²⁹ Luxemburgo é dura na crítica a Bernstein: “O partido, isto é, seu órgão supremo, o congresso do partido, a nosso ver, teria que fugir desse conselho, fazendo que Bernstein, por sua vez, também apareça formalmente como aquilo que é: um progressista pequeno burguês e democrata” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 88).

³⁰ Segundo Loureiro, “o socialismo revela-se criação das massas e não um fim prévio estabelecido na teoria” (LOUREIRO, 2019, p. 98).

As palavras de Lukács mostra uma notabilidade que sobrevém, por assim dizer, às confluências teóricas de ambos os autores. Por isso, a maneira pela qual explicita Luxemburgo sobre a arremetimento dos trabalhadores à causa socialista apresenta sua bravura teórica. Ao centrarmos rapidamente no que a “ideia de revolução proletária” aparece na teórica polonesa, temos:

O movimento sindical não é aquilo que se espelha nas ilusões inteiramente explicáveis, mas equivocadas de algumas dúzias de líderes sindicais, e sim aquilo que se vive na consciência da grande massa dos proletários que foram ganhos para a luta de classes. Nessa consciência, o movimento sindical é uma parte da social-democracia³¹ (LUXEMBURGO, 2018a, p. 349).

Por seu turno, pensava Luxemburgo que no movimento socialista, as massas alcançariam, no trabalho político e sindical, a consciência dos fins e dos meios para tomar para si o desafio histórico. Isso o que levaria precisamente uma mudança na relação entre dirigentes e dirigidos. De modo direto, a passagem acima ilustra que Luxemburgo quer não deixar margem quanto ao papel dos dirigentes (ou, em termos mais diretos, a *burocracia socialista*): para ela, o partido consiste em esclarecer a massa sobre os seus interesses históricos – isso já anula uma “interpretação” *parcial* –, já que muitas vezes são obscurecidos pela ideologia dominante, e não em comandá-la, com base num saber elaborado fora da classe, que, eternamente presa as reivindicações imediatas, e que nunca conseguiria universalizar os seus interesses.

Luxemburgo queria, assim, afastar-se prontamente daquilo que chamaríamos de *burocratização* partidária, preludiando desde já o que se daria com o Partido Comunista Russo e seus conglomerados. Dessa maneira, um partido do tipo *leninista*³², tem seu alvo crítico, mas não por simples negação, conforme se vê n^o *A Revolução Russa* (cf. LUXEMBURGO, 2018b). Loureiro condensa a tese ao sublinhar que “O partido é resultado das lutas espontâneas e se alimenta delas” (LOUREIRO, 2019, p. 95).

³¹ Ressaltando aqui que a “socialm-democracia” de 1906 que a autora fala não é o mesmo sentido da “socialm-democracia” direitista de nossos tempos. À época, a “socialm-democracia” ainda tinha um caráter minimamente progressista.

³² Seu estudo sobre “A Revolução Russa”, Luxemburgo elabora uma tese que visa um contraponto, segundo Loureiro, a maneira que o partido soviético se articulou. Por isso, “ao criticar os bolcheviques por pretenderem instaurar o socialismo mediante decretos e assim eliminarem a democracia” (LOUREIRO, 2019, p. 128).

Isso se torna mais claro no texto chamado *Questões da organização da social-democracia russa*³³, pelo qual Luxemburgo se coloca novamente como crítica ao leninismo: “A disciplina que Lênin tem em vista não é, de forma alguma, inculcada no proletariado apenas pela fábrica, mas também pelo moderno burocratismo, numa palavra, por todo o mecanismo do Estado burguês centralizado” (LUXEMBURGO, 2018a, p. 159). Aqui Luxemburgo não estaria, *a priori*, de acordo com a posição leninista de Lukács; todavia, sabe-se também, por outro lado, que o *espontaneísmo* não teve sua efetivação histórica decidida em âmbito revolucionário; e, com a vitória da Revolução de Outubro em 1917, pelos bolcheviques – por outro lado, tivemos uma derrota que custara a vida da polonesa revolucionária nos levantes da Alemanha em 1919 –, elementos que se confrontam de alguma forma.

Essas questões, se olharmos mais de perto, tem-se sutilezas que ressoam do debate em tela, mas que não permitem, como já pressupunhamos, unilateralidades prévias. Ainda que as entrelinhas de Lukács tendam a “salvar” Lênin da degeneração da URSS e seus desfechos, o autor húngaro se coloca na busca de uma resolução da problemática:

O movimento de criação dos sovietes surgiu por toda parte de modo espontâneo, adquirindo uma consciência cada vez maior. O período stalinista – no qual se utilizou de modo deformado, com objetivos manipulatórios e demagógicos, a polêmica entre Lenin e Rosa Luxemburg – levou aos extremos o que Stalin chamava de “agir consciente”, até o ponto de contrapô-lo em termos de exclusão recíproca à espontaneidade, cuja importância social era desvalorizada. Lenin, contudo, frequentemente usado como autoridade para legitimar esta orientação errônea e burocrática, via no elemento espontâneo “a forma embrionária consciente”. E, com efeito, as revoluções buscam espontaneamente – e com frequência encontram – aquela forma capaz de constituir o quadro no qual se processa a atividade dos homens reais, de subverter a realidade existente e de elevar-se a um nível superior. O fato é que o conhecimento verdadeiro da realidade objetiva pode desenvolver, a partir destes movimentos espontâneos, o máximo de suas possibilidades objetivas e subjetivas, para depois transformar-se cada vez mais em consciência, se – e somente se – esta conexão entre os interesses imediatos do dia a dia e as grandes questões gerais tornar-se algo real e vivo na vida cotidiana dos homens (LUKÁCS, 2008, p. 145).

A citação é cabível porque capta o essencial, ou seja, remonta-se àquilo que hoje tornou-se elementar: não se trata de unilateralmente ser “leninismo ou espontaneísmo”. Trata-se de que o partido deve estar com as massas, e, assim, as massas encontrarem nesse

³³ Texto escrito em 1904, ou seja, às vésperas da Revolução de 1905-6 no país russo.

partido a sua organização, seus meios que se concentrarão as lutas sociais de cunho transformador, numa determinação recíproca. Isso está posto tanto num quanto noutro, ainda que por razões distintas.

Citemos novamente as palavras de Luxemburgo contidas n' *A Revolução Russa*. Para a autora, a questão da polêmica centrada diante do andamento da Revolução Russa, a polêmica com Lênin e os bolcheviques é cristalizada:

O sistema social socialista não deve nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da vivência [*Erlebnis*], na hora da sua realização, nascido da história viva fazendo-se, que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, com uma necessidade social, os reais meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E, assim, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. [...] No plano político, mas também econômico e social. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete (LUXEMBURGO, 2018b, p. 206-7).

Não cabe aqui extenuar e alongar o texto de Luxemburgo, mas vale apontar, diante disso, que a revolução só poderá então ser consubstanciada como fruto da construção de homens e mulheres dispostos a essa empreitada (cf. LUXEMBURGO, 2018a; 2018b). Como “teóricos do socialismo”, a agitação operária, no nosso século, pode se apropriar corretamente de todo arsenal teórico disponível fornecido por Lukács e Luxemburgo. Não podemos, entretanto, apegar-nos de forma apaixonada e unilateral, mas analisar, com rigor e cientificidade, no momento da prática do estudo, quanto da prática social combatente. Somente com a análise e estudo sério se pode captar o real movimento histórico de nosso tempo, em profunda crise revolucionária, em muito, causada pelo *afrouxamento* teórico e prático da esquerda. Com isso, a atualidade de um diálogo honesto dos autores mostra que o marxismo precisa ultrapassar as barreiras da militância imediata no interior das instâncias burocráticas, como o famigerado movimento estudantil, no sindicalismo e à *burocratização* organizativa residente nos partidos ditos de “esquerda”. A teoria marxista, sob as lupas críticas de Lukács e Luxemburgo, apontam para algumas direções muito mais amplas que o ímpeto *ético-revolucionário* ou à *redução* da teoria às práticas imediatas, propaladas na pretensa “esquerda revolucionária”.

Ainda que Lukács não fosse um filósofo político propriamente dito (cf. CARLI, 2013) e nem Luxemburgo uma filósofa *per se* (cf. FRÖLICH, 2019), estiveram não apenas atentos aos desdobramentos da realidade, mas como atuaram, cada qual em seu contexto, de maneira direta. As contribuições referentes estão elencadas no âmbito das ciências sociais e, em especial, na filosofia política marxista. Não significa, porém, colocar de modo unilateral uma espécie de “academicismo” teórico, mas seu oposto: o papel do intelectual revolucionário, com justeza no diagnóstico e os desacertos das atuações de nossa trincheira, não meras “aplicações” de modelos na realidade social. Portanto, para que possamos, dessa forma, ter a práxis coerente que daí insurja a *possibilidade* do socialismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse breve artigo apresentamos ao leitor contribuições no que se refere aos filósofos marxistas mencionados: György Lukács e Rosa Luxemburgo. Julgamos que eles tiveram seu grau de relevo no pensamento marxista especialmente na atualidade, sobretudo, à teoria e filosofia política contemporânea. Partindo de textos centrais deles e de intérpretes, postula-se que os debates mesmo no interior do marxismo têm sua riqueza, frente ao desenvolvimento histórico presente: *o avanço do capitalismo e o fracasso do socialismo real.*, tudo isso requer que reatualizemos nossas forças teóricas e práticas, calcadas nos esforços que possibilitem a práxis que revolva a cena histórica, tal qual Lukács e Luxemburgo tanto contribuíram, ainda que o artigo sumarie algumas questões mais centrais e introdutórias – com a peremptória rigorosidade requerida. Entretanto, esclarecer e direcionar alguns dos elementos que permitem uma melhor compreensão do que foi e o que será, daqueles e daquelas, conscientes ou não, da missão histórica que o atual estágio de ampliação da lógica capitalista nos coloca.

Sumariando, apontamos que dentre as confluências mais notórias, existem também alguns impasses e distanciamentos. Ainda que breve, tentou-se colocar as linhas-mestras da discussão. O artigo trouxe consigo, no início, 1) o pensamento de Luxemburgo, ou seja, seu *pensamento e ação* como marxista (cf. FRÖLICH, 2019), bem como sua relação e inserção no movimento operário alemão. Em segundo momento, 2) pontuamos algumas considerações

que Lukács fez acerca da autora polonesa no seu livro *História e consciência de classe* (LUKÁCS, 2003). Nessas considerações, observamos como Lukács foi um leitor atento e criterioso, mesmo em conta de sua adesão irrestrita ao leninismo. No terceiro momento, 3) partindo dos escritos políticos centrais de Luxemburgo e, por outro lado, dos escritos tardios no mesmo tema por parte de Lukács (dando voz também a alguns de seus intérpretes tanto em um quanto no outro) fizemos um diálogo entre eles, chegando às notórias confluências; 4) por finalmente, com proximidades e distanciamentos notabilizados, elencamos nossos autores àqueles postos como “teóricos do socialismo”, pensados de modo conjunto. Aqui, ajuizamos, as produções de ambos os autores carecem de detalhamentos; nesse artigo, entretanto, fizemos um itinerário visualizando algum substrato à discussão, dentro do limite e esforço empreendido. Confiamos, outrossim, essa atualidade deles como “teóricos do socialismo” não é nada exagerada, ainda que não rebaixemos ambos os autores para meros “militantes” socialistas de seus tempos, descolados da cientificidade.

Nosso saldo de pesquisa permite-nos assumir que como teóricos do socialismo (no caso de Lukács e Luxemburgo), contribuem para o romper das barreiras de quaisquer dogmatismos stalinistas e reformistas, por vezes advogadas em nome de um tipo de “socialismo real”. O socialismo é uma possibilidade histórica, não menos o será se os erros passados sejam apontados e do desfecho catastrófico do “socialismo real” no final séc. XX. Com isso, compreende-se tanto no marxismo enquanto teoria, quanto nos textos em geral, no empreendimento de transformação social remetem-se à crítica, e não em defesa esteticamente apaixonada (como acontece em casos como a atual China).

Ao analisarmos em Lukács e Luxemburgo considerações fecundas acerca do proletariado e da revolução, pois, ressoa-se que a ideia da revolução socialista, como empreitada levada à cabo pelos homens e mulheres, dispostos a encamparem o projeto socialista, também se revela que as contribuições apontam para um ser *revolucionário*: não significa um *estilo de vida* ou interesse aleatório ou privativo dentro da luta de classes. Para que fique claro o raciocínio: não é com o ideal fantasmagórico que se norteará as ações mundanas, mas a *possibilidade* de uma nova sociedade que deve concentrar nossas vicissitudes a serviço da humanidade, aqui e agora, no atual estágio presente. Portanto, notemos em Lukács e Luxemburgo, a despeito de deturpações possíveis que sofreram ao longo das décadas e, ainda

presentemente, que eles nos parecem claros nesses fins de corroborarem nosso pressuposto argumentativo de um diálogo fecundo entre eles sobre o socialismo.

Espera-se, enfim, que o leitor atento e adepto à tese marxista da revolução, possa, de forma consciente e ativa, ir em face à lacuna aberta pela própria esquerda *stalinista*, *reformista* e, ademais, *liberal*, que ela se tornou hegemônica na cena histórica atual. O artigo ecoa contrário às ressonâncias deletérias que sobressaltam por aí e avessas a um marxismo que julgamos ser o mais rigoroso e autêntico (cf. CHASIN, 2009). Para que relembremos, enfim, Karl Marx: “A crítica que se ocupa desse conteúdo é a crítica num *combate corpo a corpo*, e nele não importa se o adversário é nobre, bem-nascido, se é um adversário interessante – o que importa é *atingi-lo*” (MARX, 2010, p. 152 – itálicos do autor).

Referências

- CARLI, Ranieri. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013.
- CHASIN. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. Boitempo: 2009.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. **Rosa Luxemburgo: la liberación femenina y la filosofía marxista de la Revolución**. Traducción Juan José Utrilla. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- FRÖLICH, Paul. **Rosa Luxemburgo: pensamento e ação**. Tradução Nélío Schneider, Erica Zirgler. 1º edição. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2019.
- GUÉRIN, Daniel. **Rosa Luxemburg y la espontaneidad revolucionaria**. Buenos Aires: Anarres, 2003.
- LOUREIRO, Isabel. “Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo”. **Crítica Marxista**, São Paulo, s/d, p. 45-56. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/4_Isabel.pdf. Acesso em: 16 de jul. 2020.
- LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária**. 3º edição revista. São Paulo: Unesp, 2019.
- LUKÁCS, György. **El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Traducción de Wenceslao Roces. México-Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Tradução Rodnei Nascimento. Revisão Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. **Lenin**. Um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Tradução Rubens Enderle. Revisão Miguel Vedda. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. **Socialismo e Democratização**: escritos políticos 1956-1971. Tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, György. **Pensamento Vivido**: autobiografia em diálogo. 1º edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.
- LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, organização, apresentação e tradução. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos. Vol. I (1899-1914). Org. Isabel Loureiro. Tradução Stefan Klein, Grazyna Costa. 3º edição. São Paulo: Unesp, 2018.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos. Vol. II (1914-1919). Org. Isabel Loureiro. Tradução Isabel Loureiro, 2018b.
- LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. Tradução Heloísa Helena A. Melo. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, Karl. Introdução. In: **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, 1843. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2º edição. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MUSSE, Ricardo. “O intelectual como militante em História e Consciência de Classe”. **Verinotio**, Belo Horizonte, n. 16, Ano VIII, out., 2013, p. 126-135.
- OLDRINI, Guido. **György Lukács e os problemas do marxismo no século XX**. Tradução Mariana Andrade. 1º edição. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.
- REZENDE, Claudinei. “György Lukács e os limites da democratização do socialismo soviético”. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n.1, 2018, p. 49-92.
- SARTORI, Vitor. “Lukács e as figuras da política na sociedade capitalista: apontamentos sobre democracia e liberalismo”. **Prim@ Facie**. João Pessoa, PPGCJ, v. 15, n. 28, 2016, p 1-37.
- TERTULIAN, Nicolas. “Lukács e o stalinismo”. **Verinotio**, Belo Horizonte, n. VII, Ano 4, nov., 2007, p. 1-40.

Recebido em: 27 de fevereiro de 2022

Aceito em: 3 de março de 2022

Publicado online em: 10 de março de 2022